



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

OFICIO Nº. 001/2020.

Lagoa da Confusão – TO, 03 de janeiro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor,
NELSON ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal
Lagoa da Confusão – TO.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminhamos em anexo o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 001, DE 03/01/2020**, ao **Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019**, o qual foi devidamente aprovado com emenda modificativa, nas **Sessões Extraordinárias** do dia **03/01/2020**.

Informamos ainda que segue anexo o **AUTÓGRAFO DE LEI** do **Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019**, aprovado, **já com a redação final**, cujo texto alterado pela referida emenda, encontra-se em **destaque (negrito)**, **MODIFICANDO** a **quantidade do cargo de Monitor Educacional Escolar de 20 para 16 vagas** do Item I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e a **quantidade do cargo Técnico de Enfermagem de 10 para 07 vagas** do Item VI - Fundo Municipal de Saúde sendo ambos do ANEXO I.

Ressalta-se finalmente que vai ainda em anexo, demais documentos pertinentes à tramitação do processo legislativo junto a esta Casa de Leis do respectivo Projeto de Lei, na seguinte ordem:

- a) AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 001, DE 03/01/2020;
- b) Cópia do Parecer Conjunto das Comissões;
- c) Cópia da Emenda modificativa;
- d) Cópia do ORIGINAL do Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019, recebido nesta Casa de Leis.

DESSA FORMA, em cumprimento ao que determina o Regimento Interno desta Câmara Municipal, c/c o art. 67 da Lei Orgânica deste Município, c/c o art. 66 da Constituição da República, remetemos a Vossa Excelência o citado AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 001, DE 03/01/2020, ao Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019, e seu anexo, para conhecimento, apreciação e deliberações no prazo legal.

Atenciosamente,

Homário Lopes da Silva
Ver. Homário Lopes da Silva
Presidente



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições, especialmente nos termos do Regimento Interno desta Câmara Municipal, c/c a Lei Orgânica deste Município, c/c o art. 66 da Constituição da República, faz saber sobre o presente AUTÓGRAFO DE LEI ao Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019.

A Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, nas **Sessões Extraordinárias** do dia **03/01/2020**, **APROVOU, com emenda modificativa**, o Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019, que "*Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências*".

DESSA FORMA segue abaixo o Projeto de Lei nº. 631, de 28/11/2019, **APROVADO**, já com a redação final, cujo texto alterado pela referida emenda, encontra-se em destaque.

PROJETO DE LEI Nº. 631, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, no uso das suas atribuições legais, APROVOU e Eu, Prefeito, SANCIONO a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme anexo desta lei, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art.2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública;
- II - combate a surtos endêmicos;
- III - manutenção e/ou ampliação da rede municipal de saúde, relativamente aos profissionais da saúde e outros servidores indispensáveis às unidades de saúde do Município;
- IV - manutenção e/ou ampliação da rede municipal de ensino, relativamente aos professores e outros servidores indispensáveis às escolas municipais;
- V - atividades:

- a) De vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, serviços comunitários de saúde e vigilância sanitária;
- b) De manutenção do patrimônio público;
- c) De prestação de serviços públicos essenciais a população;
- d) Outras atividades essenciais, emergenciais ou de relevância pública.

Parágrafo único. As hipóteses deste artigo aplicam-se, ainda, nos casos de necessidade de suprir a falta de servidores de carreira, em decorrência de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

Art.3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado com análise de **curriculum vitae**.

Parágrafo único. Prescindirá de processo seletivo a contratação:

- I - para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública ou de emergência;
- II - de pessoal com atribuições de nível fundamental, médio e superior.

Art.4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observado o prazo, a contar de a 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

Art.5º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Assessoria Jurídica do Município manifestará acerca da legalidade da contratação, observados os termos desta Lei.

Art.6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.



Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as acumulações permitidas no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

Art.7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será igual ao valor inicial de cada cargo no plano de cargos e salários do município, garantido o salário mínimo vigente.

Parágrafo único. As pessoas contratadas na forma desta Lei também poderão perceber o valor equivalente às horas extras efetivamente trabalhadas na forma da legislação pertinente.

Art.8º As pessoas contratadas nos termos desta Lei se vinculam ao Regime Geral de Previdência Social.

Art.9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art.10. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art.11. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - pela cessão do motivo que ensejou na contratação de excepcional interesse público;

IV - pela nomeação de servidores de provimento efetivo.

Parágrafo único. A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Art.12. As contratações autorizadas por esta lei obedecerá ao número de vagas existentes na estrutura de cargos de natureza efetiva do Município de Lagoa da Confusão/TO.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, Estado do Tocantins, aos 03 (três) dias do mês de janeiro do ano de 2020.

HOMÁRIO LOPES DA SILVA
Ver. Homário Lopes da Silva
Presidente

ANEXO I

I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

09	Vigia
02	Professor PI 30 Horas
17	Professor PII 30 Horas
20	Professor PII 40 horas
05	Professor PII 20 horas
01	Psicólogo
16	<u>Monitor Educacional Escolar</u>
05	Monitor Educacional de Transporte Escolar
09	Auxiliar de Serviços Gerais
04	Merendeira
03	Assistente Administrativo
03	Motorista

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Segurança Pública

20	Gari
00	Engenheiro Ambiental
02	Fiscal ambiental
01	Assistente Administrativo
06	Auxiliar de Serviços Gerais
02	Vigia

III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

01	Médico Veterinário
01	Técnico em Agropecuária
00	Agrônomo
00	Zootecnista
02	Auxiliar de Serviços Gerais
02	Assistente Administrativo
01	Operador de Maquinas Pesadas

IV - Secretaria Municipal de Turismo

01	Assistente Administrativo
01	Jardineiro
04	Auxiliar de Serviços Gerais
00	Turismólogo
00	Guia de Turismo

V - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

10	Vigia
03	Auxiliar de Serviços Gerais
04	Assistente Administrativo

VI - Fundo Municipal de Saúde

01	Farmacêutico
07	<u>Técnica de Enfermagem</u>
03	Fisioterapia
04	Auxiliar de Consultório Dentário
03	Agente de Endemias
03	Agente de Saúde
05	Enfermeiro
02	Odontólogo
06	Auxiliar de Serviços Gerais
02	Motorista
02	Psicólogo
03	Vigia
02	Técnico de RX

VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

02	Assistente Administrativo
01	Digitador
01	Mecânico de Máquinas Pesadas
01	Mecânico de Máquinas Leves
10	Ajudante de Obras
02	Motorista
12	Auxiliar de Serviços Gerais
02	Eletricista
06	Pedreiro
05	Vigia
01	Assessor Técnico de Compras Públicas
00	Arquiteto
01	Recepcionista
01	Jardineiro
00	Técnico em Eletrônica
02	Operador de Máquinas Pesadas



VIII- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

02	Vigia
03	Motorista
01	Educador Físico
02	Orientador Social
01	Fisioterapeuta
01	Psicólogo
01	Recepcionista
01	Assistente Social
03	Auxiliar de Serviços Gerais
01	Entrevistador

IX- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

02	Assistente Administrativo
----	---------------------------

X – Gabinete do Prefeito

04	Assistente Administrativo
----	---------------------------

XI – Secretaria Municipal de Esporte e Juventude

05	Auxiliar de Serviços Gerais
03	Vigia

XII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Indígena

06	Auxiliar de Serviços Gerais
06	Gari
03	Assistente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, Estado do Tocantins, aos 03 (três) dias do mês de janeiro do ano de 2020.

Homário Lopes da Silva
Ver. Homário Lopes da Silva
Presidente